



# FOME: UM DISPOSITIVO DE CONTROLE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

ALBA LÍVIA TALLON BOZI\*

Recibido: 04/08/2009 • Aceptado: 16/10/2009

## Resumo

Este artigo apresenta um cenário da fome no mundo, levantando o problema sob o foco das biopolíticas – políticas de controle da vida –, e estimula o debate sobre a utilização da fome como instrumento político e econômico. Aponta para a urgência de políticas públicas que assegurem o direito humano básico à alimentação, envolvendo, para isso, a produção de alimentos, a definição do uso de bioenergia e a geração de renda para a população mais pobre.

**Palavras-chave:** fome, biopolíticas, políticas públicas, direito à alimentação.

## Resumen

Este artículo presenta un panorama del hambre en el mundo, debate la cuestión bajo el aspecto de biopolítica –políticas de control de la vida–, y estimula el debate sobre la utilización del hambre como arma política y económica. Destaca la urgente necesidad de políticas públicas que garanticen el derecho humano básico a la alimentación con la producción de alimentos, la definición de la utilización de la bioenergía y la generación de ingresos para la población más pobre.

**Palabras clave:** hambre, biopolítica, políticas públicas, derecho a la alimentación.

## Abstract

This article presents a panorama of world hunger. It focuses on biopolitics - politics for birth control -, and stimulates the debate about the use of hunger as a political and economical instrument. It points out the urgency of public policies that may guarantee the basic human right for

\* Brasileira, é jornalista e atua como analista em Ciência e Tecnologia no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), lotada no Núcleo de Desenvolvimento Social.

food, considering, for that, the food supplies production, the definition of the use of bioenergy and the income generation for the poorest.

**Keywords:** hunger, biopolitics, public policies, right for food, supplies.

## Introdução

No livro “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago, uma inexplicável epidemia de cegueira atinge a cidade. Os primeiros cegos são confinados na tentativa de evitar a expansão da doença. Com a comida racionada, os instintos primários dominam o ambiente e distanciam o ser humano da sua condição de raça sociável. Os primeiros atritos se dão com a necessidade de dividir a pouca comida disponível, levando alguns doentes a forjarem as regras de distribuição definidas pelo grupo e, assim, conseguirem mais alimentos. A trama fica mais tensa quando um dos cegos, de posse de uma arma de fogo, lidera um grupo que passa a controlar a comida dentro do alojamento. Num primeiro momento, exige todos os bens dos reclusos, incluindo dinheiro, jóias, relógios, rádios ou qualquer coisa que tivesse valor. Findados os bens disponíveis para escambo, o grupo armado decide negociar a comida com sexo, exigindo que todas as mulheres internadas sirvam a eles para que todos os doentes possam se alimentar. Cada gesto que mostra a exploração da miséria provoca entre os cegos grandes discussões sobre a dignidade humana. Para saciar a fome, porém, todas elas são encerradas e prevalece a necessidade primária de se alimentar para sobreviver.

Na história, uma mulher permanece com visão – ela consegue ir para o internato dizendo-se cega, para não deixar o marido ser levado sozinho para o confinamento –, e essa mulher mata, com um golpe de tesoura, o líder do grupo armado enquanto ele faz sexo com outra paciente. Quando toda a população está cega – menos aquela mulher – e já não há mais vigilância no internato, os pacientes ganham as ruas. O que se vê é um cenário desolador e uma busca incessante por comida. Ela, a única que vê, testemunha o inimaginável numa sociedade civilizada. As pessoas disputam qualquer migalha. Saqueiam os mercados. Comem carne animal crua. Os cachorros devoram os humanos mortos. A fome acaba com o pudor, enterra a dignidade, subtrai a capacidade de socialização. Essa história ilustra a gravidade das ações provocadas pela fome e o que o ser humano é capaz – ou o que não é capaz de fazer – quando está faminto.

## Cenário

A fome é um problema que atinge a humanidade desde os tempos remotos, mas agora, já no século XXI, ganha lugar especial no noticiário e é alvo das políticas públicas, quando se ampliam em todo o mundo os movimentos que reivindicam o cumprimento das determinações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Organização das

Nações Unidas (ONU). Atualmente, o debate ganha espaço e provoca discussões na sociedade. Os problemas advindos do fenômeno ganham proporções e atingem a produtividade, aumentam a violência urbana e rural e atraem os olhares das diversas esferas sociais. Soma-se a isso a onda verde que domina os discursos públicos desde a década de 1970, quando surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, motivado por reflexões sobre os problemas ecológicos que colocavam em risco água, ar e terra, podendo inviabilizar as condições de sobrevivência humana.

O economista Ignacy Sachs, na década de 1970, apontava para uma concepção de desenvolvimento que combinasse crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. O conceito de ecologia política do economista Karl William Kapp deu seus primeiros passos também naquele momento. Esse pensamento foi aprofundado e ampliado e hoje habita os discursos sobre uma responsabilidade individual em relação ao cenário mundial. Uma nova ética entrou em debate, envolvendo responsabilidade social e ambiental, eixos que agora dividem espaço com o fator econômico, compondo o tripé do que hoje é chamado sustentabilidade. Sob o manto desse conceito, a fome passou a ser tratada publicamente.

Na década de 1940, o médico e sociólogo brasileiro Josué de Castro, na primeira edição de seu livro “Geografia da Fome”, alertava para a pouca atenção dedicada ao problema. Segundo ele, por ser um instinto primário, como o sexo, a fome tornou-se um tabu, pois sua existência fere uma

sociedade racionalista que tenta sobrepor a razão aos instintos humanos. Naquela época, Castro já tratava a fome como o maior drama da humanidade. Hoje, podemos afirmar que continua sendo o maior flagelo mundial. A falta de nutrição para sustentar o organismo humano atingia, em 2007, 820 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, parcela da população que não tem recursos para comprar alimentos nem meios de produzi-los, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, 2008).

Desde o final da década 1990, a fome vem sendo encarada como problema grave e principal desalinho à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por causa disso, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, analisando as principais aflições mundiais, estabeleceu os “8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, dentro do “Projeto do Milênio”, e definiu que o primeiro deles é “acabar com a fome e a miséria”<sup>1</sup>, cujas metas são reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC<sup>2</sup> por dia e a proporção da população que padece com a fome.

<sup>1</sup> Os demais objetivos são: 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a aids, a malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

<sup>2</sup> Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, PPC é “paridade do poder de compra, que elimina a diferença de preços entre os países” (<https://www.fao.org.br/cf.asp>).

Alguns países, entre eles o Brasil, alcançaram resultados que apontam para o atendimento às metas de redução estabelecidas no Projeto do Milênio, embora a erradicação não seja uma realidade. Mesmo assim, em sete metrópoles do país, a pobreza aumentou entre 2000 e 2007, segundo análise feita pelo Portal ODM<sup>3</sup>, divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>4</sup>. Em 2000, 20,02% das pessoas dessas regiões ganhavam menos de meio salário mínimo. Em 2007, a proporção passou para 21,01%. Na média do País, a população que vive abaixo da linha da pobreza diminuiu, passando de 32,75% para 30%.

Segundo dados do PNUD, em termos gerais, em todo o mundo houve uma redução nas proporções definidas como metas pela ONU. Entretanto, os avanços acentuaram a desigualdade entre os países ricos e pobres, mantendo-se os piores índices na América Latina, Caribe, África e Ásia. Mas desde 2007, o mundo foi surpreendido por uma crise de insegurança alimentar, provocada pela alta dos preços dos alimentos. A responsabilidade sobre a elevação dos preços, principalmente dos cereais, caiu sobre os combustíveis. Os derivados do petróleo, no início de 2008, tiveram reajuste de até 40% em alguns países. Na outra ponta, as alternativas aos derivados do petróleo, os chamados bio-

combustíveis, ou agrocombustíveis – obtidos a partir de matéria-prima vegetal e renovável –, também foram responsabilizados, inclusive com a perspectiva alarmante de instauração do caos alimentar para os próximos anos, em virtude da expansão da produção dessa modalidade de combustível, consumindo boa parte das terras cultiváveis do planeta e dos grãos que podem ser usados como alimentos.

Em dois anos, segundo dados da FAO, a maioria dos produtos agrícolas básicos teve reajustes, entre eles o arroz, que subiu 217%, o trigo, elevado em 136%, o milho, em 125%, e a soja, que somou um reajuste de 107%. Para 2008, a estimativa é que o custo global de importação de alimentos aumente 26% em relação a 2007, sendo que nos países mais pobres a despesa total com importação deve aumentar entre 37% e 40% sobre o valor de 2007. Pelo menos 70 países do hemisfério Sul já não conseguem alimentar sua população e dependem das importações agrícolas, o que provoca conseqüências graves em termos de autonomia política e econômica.

A FAO estima que o número de famintos no mundo tenha chegado a 923 milhões de pessoas. Desse total, a maior parte está na Ásia e na África. Nesses continentes, os números são desanimadores. Os dados reais disponíveis sobre a população desnutrida em todo o mundo se referem aos períodos de 1990-92 e 2003-05. No primeiro, havia 842 milhões. No segundo, 848 milhões, sendo 832 milhões moradoras dos países em desenvolvimento – 65% desse quadro estão em apenas sete países: Índia, China, República Democrática do

<sup>3</sup> Portal ODM: Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – [www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br)

<sup>4</sup> Obtido no link [http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3176&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3176&lay=pde), em 17 de abril de 2009.

Congo, Bangladesh, Indonésia, Paquistão e Etiópia. Na República Democrática do Congo, a proporção de pessoas subnutridas aumentou de 29% para 76% entre os dois períodos acima, especialmente em função da guerra vivenciada nesse país.

Com esse cenário, o mundo precisou discutir a fome e suas possíveis conseqüências. Os poderes político e econômico se viram pressionados a buscar soluções emergenciais para conter os ânimos de uma população enfurecida pelo fantasma da fome, definida pelo sociólogo Josué de Castro (2003) como “uma das mais sérias ameaças à paz, tão inquietante quanto o segredo da bomba atômica”. Tais dados, na verdade, reforçam a análise do sociólogo, de que a fome é a expressão biológica de um fenômeno econômico, o subdesenvolvimento.

Dessa forma, a preocupação dos agentes que se empenham em assegurar o direito fundamental à alimentação se concentra nos mecanismos para que efetivamente isso possa ser feito. Em 2007, aconteceu no Brasil a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O documento final do evento afirmou que o modelo de desenvolvimento sócio-econômico contribui para a desigualdade, a pobreza, a fome e tem impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. Sugeriu, então, que uma política pública de segurança alimentar deve, entre outras ações, “promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável; estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimen-

tos; promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional”<sup>5</sup>.

## Biopolíticas

Especialmente após a revolução industrial e a consolidação do capitalismo, as preocupações com a vida foram ampliadas, visando, sobretudo, ao prolongamento da produtividade, em consonância com os interesses do mercado, mas também motivando profundas questões de ordem moral, como o respeito à dignidade humana. As tentativas de controle sobre a vida – o que Foucault (2005) define como “biopoder”<sup>6</sup> – com o emprego de políticas públicas visando a tal fim, são exercidas por meio das “biopolíticas”<sup>7</sup>.

As biopolíticas são conseqüência da inserção do biológico no político, quando os fenômenos próprios à vida da espécie humana penetram a ordem do saber e do poder. Com elas, teve início o biopoder, organizado em torno das disciplinas do corpo e das regulações da população, visando atender as necessidades da era industrial e do sistema capitalista (Foucault, 2005). Giorgio Agamben (2004), a partir do conceito de biopolítica de Foucault, analisa as condições de vida na contem-

<sup>5</sup> Documento final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007.

<sup>6</sup> O poder focado na vida, visando à sujeição dos corpos e ao controle das populações, na definição de Foucault (2005: 131-132).

<sup>7</sup> Em linhas gerais, as biopolíticas são os princípios de intervenção e de controle utilizados para regular as populações, modificando suas condições de vida, controlando-as e adequando-as às normas (Foucault, 2005).

poraneidade, especialmente nos campos de concentração das guerras, e designa essa existência como “vida nua”: a vida humana numa fronteira tênue com a vida animal, quase descartável e à margem da sociedade.

A realidade dos campos de concentração, no que se refere às condições de vida, em muito se assemelha ao estado deplorável em que vive a população que padece da fome. Nas ruas ou nos lixões, assim como no livro de José Saramago, comendo restos ou retirando energia do que ainda existe no próprio corpo, a fome subtrai a dignidade intrínseca ao ser humano. É uma situação extrema, com conseqüências graves, tanto para o indivíduo como para a sociedade que o cerca e da qual ele está excluído. Entre os desdobramentos dessa situação, Josué de Castro (2003) destaca as alterações na conduta social. No limite da fome, a preocupação do ser humano passa a ser exclusivamente manter a sua vida. A “vida nua” é um ataque à concepção de pessoa humana, à sua integridade, à sua dignidade.

A noção de pessoa na contemporaneidade está inteiramente relacionada à noção de cidadão, o indivíduo que desfruta de direitos civis e políticos. E o cidadão da sociedade contemporânea é o consumidor. Assim, enquadram-se nessa categoria os seres humanos que detêm condições de compra e que, então, sustentam o modelo político e econômico. Os milhões de famintos de todo o mundo não estão incluídos nessa parcela de consumidores-cidadãos para quem a estrutura opera. É uma grande parcela da população – um sexto do total mundial – que custa aos poderes

públicos, mas lhes proporciona a sustentação de um sistema que depende da desigualdade para sobreviver. Constituem também populações que, despojadas de direitos e marginalizadas, podem atender às necessidades dos abastados, fornecendo material humano, cultural e natural que sirva aos interesses políticos e econômicos.

De acordo com a ativista ambiental Vandana Shiva, diretora da Fundação de Pesquisa para Ciência, Tecnologia e Ecologia, situada na Índia, vivemos hoje um novo modelo de colonização, em que os ricos exploram bens naturais existentes nos países mais pobres e conseguem registro de propriedade sobre eles. Terra, mata, água e ar já estão sendo privatizados e, alerta Shiva (2001: 69), a tendência é isso se agravar. “O capital precisa agora ir em busca de novas colônias a serem invadidas e exploradas para continuar sua acumulação – o espaço interior dos corpos das mulheres, plantas e animais.”

Shiva alerta ainda que o modelo atual é reducionista e vê valor apenas na espécie humana, porém, dentro dela, apenas a parcela de “consumidores”. Os demais seres humanos têm, então, valor instrumental (Rifkin, 1999; Shiva, 2001), como ilustra a história narrada no filme “O Jardineiro Fiel”<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> No filme *O Jardineiro Fiel* (The Constant Gardener, 2005), Justin Quayle, diplomata britânico residente na África, jardineiro por hobby, tem sua rotina alterada quando sua esposa é brutalmente assassinada. Decidido a investigar o que houve, ele descobre que o crime foi queima de arquivo, comandado por uma grande empresa farmacêutica que usa africanos como cobaias para testes de medicamentos.

Garantir o direito à alimentação é obrigação dos governos. Antes de se falar em política pública para combater a fome, é preciso debater a questão dos alimentos como comércio. Explorar a fome para obter vantagens e lucros é uma medida que fere a dignidade inerente ao ser humano. A dignidade não é propriedade natural, mas é algo intangível que só tem “significado nas relações interpessoais de reconhecimento recíproco e no relacionamento igualitário entre as pessoas” (Habermas, 2004: 47).

As políticas públicas que objetivam garantir a segurança alimentar precisam ser permeadas de discussão ética e de ações práticas, que resultem na eliminação do contingente de miseráveis vítimas da desnutrição. A responsabilidade é o princípio que deve nortear os poderes públicos e os agentes políticos.

## Políticas Públicas

A fome é consequência de um modelo econômico baseado na desigualdade entre os seres humanos. É a negação a um direito humano básico, o direito à alimentação, essencial para o desenvolvimento de cada pessoa como ser humano. Os direitos humanos são inerentes à dignidade da pessoa humana, e ao Estado cabe o dever de respeitá-los e garanti-los, e, de organizar sua atuação a fim de satisfazer sua plena realização. Sendo direito humano, o respeito e a proteção do direito à alimentação é dever também de toda a sociedade e de cada indivíduo.

A fome pode ser epidêmica ou endêmica<sup>9</sup>. Qualquer dos tipos, de acordo com o sociólogo Josué de Castro, é um problema social e deve ser atacado por políticas públicas que assegurem à população o acesso a esse direito humano essencial. Na fome epidêmica, deve-se adotar maneiras de levar alimento à população, e a endêmica é combatida especialmente com a geração de trabalho e renda. Para definir políticas públicas eficazes é necessário pensar, pelo menos e conjuntamente, três aspectos: a produção de alimentos, a bioenergia e a geração de renda para a população mais pobre.

O aumento nos preços dos alimentos desde 2007 motivou discussões sobre a relação da produção de grãos e oleaginosas com a bioenergia, colocando os agrocombustíveis como vilões da crise mundial. Os organismos internacionais que trabalham em atenção ao problema da fome debatem o tema da bioenergia, mas adiantam que não há escassez de alimentos. A produção mundial é suficiente para alimentar toda a população, mas o grande problema está na distribuição desses alimentos. O Brasil é um dos líderes mundiais na produção de etanol, e para isso utiliza a cana-de-açúcar, e é também um dos países que conseguiram reduzir a proporção da população que sofre de fome.

Para assegurar que a produção continue sendo suficiente para abastecer a população mundial, é preciso voltar a atenção

<sup>9</sup> Tratamos por epidemia a fome local e transitória e endemia, a manifestação permanente de carências alimentares.

aos sistemas produtivos. Entre os caminhos, sem dúvida, está a descentralização da produção. Hoje, os grandes conglomerados alimentícios dominam a fabricação de alimentos e os grandes empresários acumulam as terras produtivas. Com isso, a população camponesa migra para os grandes centros em busca de trabalho e engrossa a massa dos desempregados e famintos. Anualmente, milhares de pessoas deixam também os países do hemisfério sul e tentam constituir a vida na Europa e nos Estados Unidos. Nos 14 países africanos que não conseguem diminuir as proporções da fome na sua população, a produção de alimentos vem caindo consideravelmente.

Os dados gerados pelo Portal ODM apontam o aumento da pobreza nas metrópoles brasileiras, e indicam que as cidades pequenas obtiveram mais sucesso na redução das proporções da população com fome. Incentivar as pessoas a permanecerem ou a se mudarem para as cidades menores contribui para a redução da fome. Os camponeses podem produzir alimentos usando métodos saudáveis e preservando a biodiversidade, desde que para isso sejam estimulados com políticas de desenvolvimento agrário. Além disso, o incentivo para que polos industriais de diversos ramos se estabeleçam no interior gera emprego para a população local e renda para o município.

As políticas públicas devem definir também o espaço de terra destinado ao cultivo de matéria-prima para os biocombustíveis. Afinal, a demanda mundial por esses produtos se eleva anualmente e não vê possibilidades de estancar, considerando o

preço alto do petróleo e a perspectiva de sua possível finitude. Apesar disso, a Venezuela, que ainda dispõe de petróleo em clara abundância, o litro da gasolina é mais barato que o litro de água e completar o tanque do carro custa menos que comprar a cesta básica no supermercado, prejudicando a população mais pobre.

Como a fome é determinada pela falta de acesso aos alimentos, e não pela escassez deles, outra questão a ser abarcada pelas políticas públicas para garantir o direito humano à alimentação é assegurar trabalho e renda para que a população possa adquirir os alimentos. No Brasil, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em março de 2009, a renda mínima deveria ser R\$ 2.005,57, contra os R\$ 465,00 vigentes<sup>10</sup>. De acordo com Constituição Brasileira, o salário mínimo deve atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Se Josué de Casto já alertava que a fome é a expressão biológica de um fenômeno econômico, é preciso submeter a economia às políticas públicas, e que essas sejam orientadas por uma ética responsável e atenta à preservação da dignidade humana. Nosso trabalho não pretende esgotar o debate, mas levantar uma questão essencial nessa discussão. Um ser humano não alimentado não pode contribuir para

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminabr09.xml>, acesso em 29 de abril de 2009.

a sociedade. Sua vida se limita à busca pela sociedade à sua fome e o tira de qualquer possibilidade de ação política.

## Conclusão

Se a fome é uma construção social, é também pela sociedade que deve ser desconstruída. Garantir a soberania alimentar, e não apenas a segurança alimentar, mostra-se como questão urgente e que deve tomar as pautas das políticas públicas. Geograficamente, a população em situação de desnutrição reside em países em desenvolvimento. Isso não significa, porém, que a solução está apenas nesses locais. Sendo a alimentação um direito humano básico, é dever do poder público, e também de toda a sociedade, respeitá-lo e garanti-lo.

O que vemos é que a miséria humana, em muitos casos, pode ser usada como instrumento de controle político e de sustento para a manutenção do poder econômico. A fome impede o ser humano de agir politicamente e tira dele qualquer capacidade de reação, transformando sua vida na busca incessante por alimento. Dessa forma, é fundamental o debate e a clara exposição sobre a situação de penúria de quase 1 bilhão de pessoas em todo o mundo. Os agentes políticos, a sociedade e cada indivíduo devem se revestir da responsabilidade que lhes cabe na garantia da dignidade humana, atingida em seu nível mais essencial quando ao ser humano é negado o direito de alimentar-se.

## Referências

- Agaben, G. (2004). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Boff, L. (2008). *Fome: alimentos como negócio*. Disponível em <<http://leonardoboff.com/site/lboff.htm>>
- Bozi, A. (2007). *A polêmica da vida nas páginas do jornal: a Folha de S.Paulo e a manipulação de embriões para obtenção de células-tronco*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF.
- Bozi, E. (2005). *Direito à alimentação*. Dissertação de mestrado. Vitória: FDV.
- Castro, J. (2003). *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chonchol, J. (2002). *A soberania alimentar. Cultura, Sociedad e Historia Contemporânea*. Santiago do Chile: Universidad Arcis/Editorial Arcis. pp. 269-290
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e A Alimentação). (2007). *Buenos hábitos alimentarios contra la malnutrición y las enfermedades relacionadas con la dieta*. Disponível em: <<http://www.fao.org/newsroom/eS/news/2007/1000673/index.html>>
- \_\_\_\_\_. (2008). *El estado de la inseguridad alimentaria em el mundo 2008 – los precios elevados de los alimentos y la seguridad alimentaria: amenazas y oportunidades*. Roma: FAO.
- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. (2007). *Documento final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007*. Disponível em: <<http://www.fbsan.org.br/>>
- Foucault, M. (2005). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ed. São Paulo: Graal.
- Habermas, J. (2004). *O futuro da natureza humana: a caminho da eugenia liberal?* Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes.

- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2009). *Pobreza aumenta nas metrópoles do Brasil*. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3176&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3176&lay=pde)>
- Rifkin, J. (1999). *O século da biotecnologia*. São Paulo: Makron Books.
- Stedile, J.P. & Balduino, D. (2008). *Soberania alimentar e a agricultura*. *Jornal Folha de S. Paulo*.
- Sachs, I. (1981). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Trad. de E. Araujo. São Paulo: Vértice.
- Shiva, V. (2001). *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.